



RELATÓRIO 2022

CONSELHO DELIBERATIVO

Conselheiros

José Valdir Ribeiro Dos Reis (Presidente)

Edson Machado Monteiro

Kedson Pereira Macedo

Roberto Luiz Benkenstein

Adézio de Almeida Lima

Ilda Ribeiro Peliz

Maria de Jesus Demétrio Gaia

CONSELHO FISCAL

Conselheiros Efetivos

José Alípio Dos Santos

Levi Pereira da Rocha

Paulo Sérgio Navarro

Conselheiros Suplentes

Benito Lima Vasconcelos

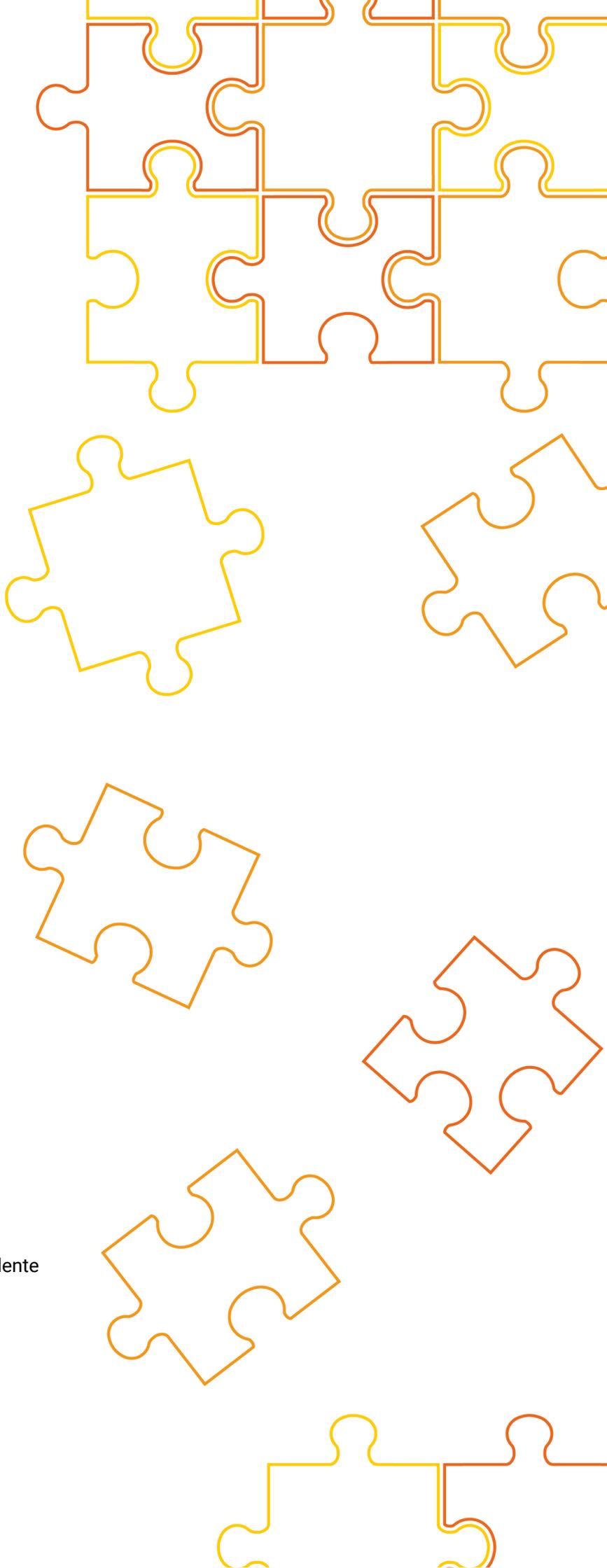
Luciano Nóbrega Queiroga

Márcia Politi Gobato

COMITÊ EXECUTIVO

José Rogaciário dos Santos - Presidente

Marcos Rafael de Oliveira Raymundo - Superintendente



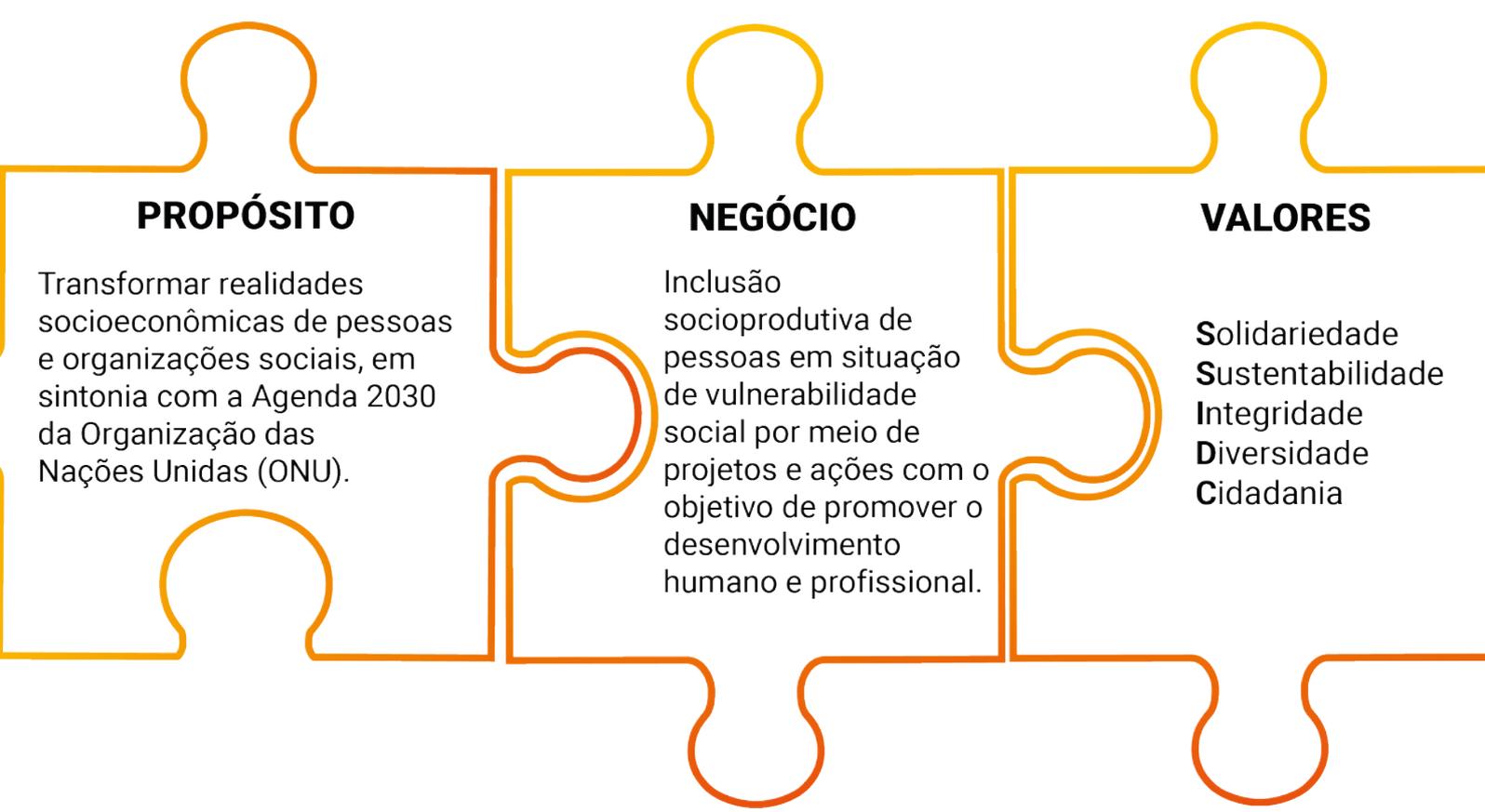


SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 6

IDEOLOGIA



PROPÓSITO

Transformar realidades socioeconômicas de pessoas e organizações sociais, em sintonia com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

NEGÓCIO

Inclusão socioproductiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de projetos e ações com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e profissional.

VALORES

Solidariedade
Sustentabilidade
Integridade
Diversidade
Cidadania

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Associados,

Apresentamos o Relatório relativo ao exercício de 2022, contendo as principais atividades desenvolvidas e os resultados alcançados pelo Instituto Cooperforte, bem como as Demonstrações Financeiras elaboradas com base nas normas contábeis aplicáveis às organizações do Terceiro Setor.

Todos os esforços desenvolvidos no período objetivaram cumprir o propósito do Instituto e de sua instituidora COOPERFORTE, de transformar realidades socioeconômicas de pessoas e organizações sociais, em sintonia com a estratégia corporativa e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como foco os princípios de Educação de Qualidade (ODS4) e Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS8).

Em 2022, o Instituto Cooperforte alterou sua forma de atuação, buscando desenvolver parcerias de longo prazo e alcançar mais eficiência em seu propósito de inserção de pessoas no mundo do trabalho, com o lançamento de Edital de Chamada Pública em que o foco principal passou a ser a seleção de organizações sociais interessadas em parceria pelos próximos 3 (três) anos, com garantia de apoio financeiro a um projeto por ano, condicionado ao cumprimento das metas estabelecidas a cada ano.

Inscreveram-se na seleção 65 organizações, apresentando, além dos dados e documentos institucionais requeridos, o projeto a ser executado no primeiro ano e os pré-projetos para os anos subsequentes.

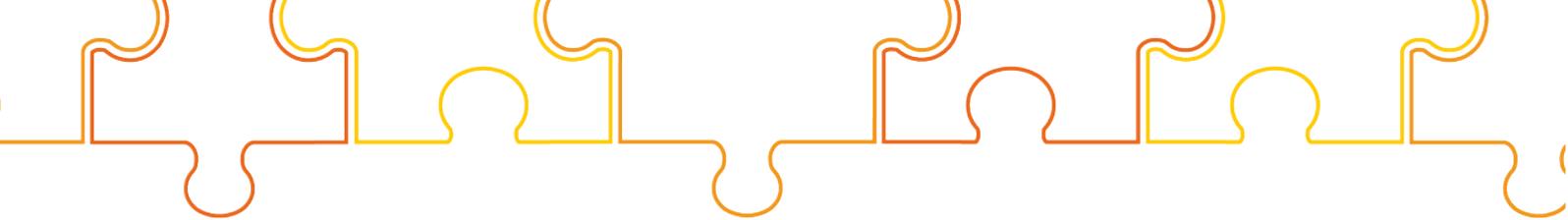
Nesse processo, foram selecionadas 23 organizações, que, em 2022, executaram seus primeiros projetos alcançando 764 pessoas, beneficiadas com treinamentos de educação financeira e qualificação ou requalificação profissional nas áreas de beleza e estética, rotinas administrativas e gastronomia, dentre outras.

Até o momento da elaboração deste Relatório, 50% das pessoas capacitadas já haviam sido colocadas no mercado de trabalho. Com a melhoria do cenário do emprego no país e o apoio das organizações parceiras, a expectativa é que o índice de inserção de pessoas no mercado alcance o mínimo desejável de 70% nos próximos meses.

O apoio financeiro máximo, por projeto, foi mantido em até R\$ 90 mil, para atender, prioritariamente, jovens e/ou adultos com idades entre 18 e 40 anos, em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar de até três salários-mínimos; e/ou pessoas com deficiência.

Os desembolsos com as parcerias, em 2022, totalizaram R\$ 3.181,7 mil, crescimento de 91,6% em relação ao ano de 2021, quando alcançou R\$ 1.660,3 mil. Essa elevação é justificada pelo aumento de projetos apoiados, de 8 projetos, em 2021, para 23, em 2022. As despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 771,8 mil, com redução de 6,9% em relação a 2021, quando totalizaram R\$ 828,6 mil.

Assim, os dispêndios totais do Instituto em 2022 atingiram R\$ 3.953,5 mil, valor 58,8% superior ao ano anterior, quando totalizaram R\$ 2.488,9 mil. O saldo das disponibilidades financeiras, ao final do exercício, era de R\$ 6.946,1 mil, já computadas as



contribuições efetuadas mensalmente, cujo montante foi de R\$ 3.015,3 mil, com base no resultado auferido pela Cooperativa.

Ainda dentre as ações de 2022, o Instituto Cooperforte e a COOPERFORTE criaram o programa Ações Solidárias – DOAR.COM.VOCÊ por ocasião do Dia C - Dia de Cooperar, no mês de julho, para estimular os associados e funcionários a participarem do esforço de solidariedade para “transformar realidades de pessoas e organizações em sintonia com a Agenda 2030”, por meio de voluntariado e doações espontâneas.

Inspirados pelo 7º Princípio do Cooperativismo (Interesse pela Comunidade), foram realizadas ações de apoio a organizações sociais, pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade social, beneficiando cerca de 1,5 mil pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, envolvendo a doação de alimentos, agasalhos e preparação de refeições nas próprias organizações beneficiadas, entre outras iniciativas.

Considerando que em 15 Unidades da Federação não tiveram organizações selecionadas no Edital de 2022, foi divulgado novo chamamento direcionado especificamente para essas UFs, buscando ampliar as parcerias para o período de 2023 a 2025.

O Instituto renova os agradecimentos a todo seu público de relacionamento, em especial à Diretoria, Conselheiros, colaboradores e delegados seccionais da COOPERFORTE, bem como aos associados e parceiros pelo apoio, imprescindível ao alcance dos nossos objetivos.

A Administração.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em unidades de Reais

ATIVO	NOTA	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		7.260.462	7.147.919
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.946.175	7.026.963
Créditos		305.926	110.795
Adiantamentos e antecipações		19.368	1.800
Valores a receber		286.558	108.995
Valores a recuperar		208	208
Despesas antecipadas		8.152	9.953
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.646	18.945
PERMANENTE		6.646	18.945
Investimentos	5	247	233
Imobilizado	6	6.399	18.712
TOTAL DO ATIVO		7.267.108	7.166.864
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE		183.858	176.856
Fornecedores		241	-
Encargos sociais	7	26.964	27.418
Obrigações tributárias	8	13.268	11.495
Férias e encargos a pagar		143.385	137.944
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	7.083.250	6.990.008
Patrimônio social		6.990.008	6.349.764
Superavit do exercício		93.242	640.244
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.267.108	7.166.864

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores em unidades de Reais

DESCRIÇÃO	NOTA	2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS		4.046.767	3.129.221
Sem restrição		4.046.767	3.129.221
Contribuições e doações	10	3.113.859	2.727.104
Rendimentos financeiros	11	932.908	402.117
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(3.181.717)	(1.660.349)
Com Programas (Atividades)			
Educação	12	(3.181.717)	(1.660.349)
RESULTADO BRUTO		865.050	1.468.872
DESPESAS OPERACIONAIS		(771.808)	(828.628)
Administrativas		(633.563)	(673.617)
Operacionalização técnica e administrativa	13	(505.559)	(469.885)
Impostos e taxas	14	(34.844)	(13.672)
Prestadores de serviços	15	(29.056)	(96.216)
Informática		(24.231)	(19.903)
Telefone e internet		(27.526)	(58.238)
Manutenção		(35)	-
Depreciação e amortização		(12.312)	(15.703)
Outras despesas (receitas) operacionais	16	(138.245)	(155.011)
SUPERAVIT DO PERÍODO		93.242	640.244

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em unidades de Reais

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 01/01/2021	5.517.401	832.363	6.349.764
Transferência para o patrimônio líquido	832.363	(832.363)	-
Superavit do exercício	-	640.244	640.244
Saldos em 31/12/2021	6.349.764	640.244	6.990.008
Transferência para o patrimônio líquido	640.244	(640.244)	-
Superavit do exercício	-	93.242	93.242
Saldos em 31/12/2022	6.990.008	93.242	7.083.250

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em unidades de Reais

DESCRIÇÃO	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit líquido do exercício	93.242	640.244
Ajustes	12.312	15.703
Depreciações e amortizações	12.312	15.703
Resultado ajustado	105.554	655.947
Varição nos ativos e passivos	(186.328)	190.205
Redução (Aumento) em valores a receber	(177.563)	139.902
Redução (Aumento) em adiantamentos e antecipações	(17.568)	(1.800)
Aumento (Redução) de despesas antecipadas	1.801	(1.208)
Aumento (Redução) de fornecedores	241	-
Redução (Aumento) em obrigações previdenciárias	(454)	(490)
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	1.773	3.348
Aumento (Redução) em férias encargos a pagar	5.442	51.699
Geração de caixa nas atividades operacionais	(80.774)	846.151
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Redução (Aumento) líquido de investimento	(14)	(6)
Aplicação de caixa nas atividades de investimentos	(14)	(6)
FLUXO DE CAIXA TOTAL	(80.788)	846.145
Saldo inicial de caixa e equivalentes	7.026.963	6.180.818
Saldo final de caixa e equivalentes	6.946.175	7.026.963
REDUÇÃO (AUMENTO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(80.788)	846.145

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

2.5 NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – INSTITUTO COOPERFORTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, constituída em 23/03/2003, com sede em Brasília-DF, tem o propósito de promover: o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza tendo presentes os direitos humanos, a democracia e os valores e os princípios cooperativistas universais; o desenvolvimento de pessoas de baixa renda, mediante educação e capacitação profissional que permitam sua inserção nos contextos social e econômico; o desenvolvimento e a difusão do cooperativismo; o empreendedorismo e desenvolvimento sustentável agregado aos eixos social, ambiental e econômico; o voluntariado; a assistência social e experiências não lucrativas de novos sistemas alternativos de emprego e crédito.

O Instituto Cooperforte tem como Instituidora a **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS LTDA – COOPERFORTE**, que contribui regularmente para o Instituto. As contribuições são destinadas à consecução dos objetivos sociais do Instituto em atendimento ao 7º Princípio universal do cooperativismo: Interesse pela Comunidade.

Em 2022, foi adotado um novo modelo de atuação com o intuito de desenvolver parcerias de longo prazo e alcançar mais eficiência no cumprimento de seu propósito. Foram selecionadas 23 organizações sociais para o período de 2022 a 2024, cujo apoio financeiro máximo, por projeto anual, está limitado a R\$ 90 mil.

A continuidade da cooperação para os anos subsequentes está condicionada ao atendimento de requisitos e de indicadores de desempenho e impacto, validados previamente ao início dos projetos anuais apresentados pelas organizações parceiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Instituto Cooperforte, em 23/03/2023, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de Lucros e da NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

As demonstrações financeiras e todas as informações deste documento estão expressas em unidades de Reais (R\$), que é a moeda funcional corrente no País e utilizada pelo Instituto.

O Instituto adota estimativas para mensurar vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível, passivos contingentes, dentre outros ativos e passivos. Apesar dos resultados reais poderem apresentar variação em relação à observância do princípio de competência, o Conselho Deliberativo entende que as premissas adotadas para as suas estimativas são as melhores para representar fielmente a posição financeira e patrimonial da entidade em suas demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de

mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos financeiros

São contratos que dão origem a ativos financeiros, a passivos financeiros ou a instrumentos patrimoniais. As Demonstrações Financeiras devem indicar a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira e a natureza e extensão dos riscos resultantes desses instrumentos.

c) Créditos

Referem-se a adiantamentos e antecipações a funcionários e a valores a receber da Instituidora.

d) Valores a recuperar

Correspondem a valores a recuperar junto aos órgãos fiscais, tributários e previdenciários.

e) Despesas antecipadas

Referem-se a pagamentos antecipados a fornecedores para apropriação nas respectivas competências.

f) Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela Administração.

g) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios e outros equipamentos, as instalações, as edificações e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros são demonstradas pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01/R1, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis dispõe sobre procedimentos no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, que a entidade deva avaliar, no mínimo ao fim de cada exercício social, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, situação que tornaria necessária a estimativa do valor recuperável do ativo.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto Cooperforte são analisados a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de desvalorização, a Associação estima o valor recuperável do ativo, que deve ser o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda

por desvalorização (imparidade), reconhecida no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2022, não há evidência quanto à necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de perda provável, quando aplicável, são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

j) Provisão de férias e encargos

A provisão de férias e encargos está constituída de acordo com a legislação trabalhista vigente, com base no período aquisitivo de cada empregado, acrescida dos respectivos encargos sociais.

k) Tributos e contribuições

O Instituto, nos termos do artigo 12 da Lei nº 9.532/1997 e Art. 10 da Lei nº 9.718/1998, na condição de instituição sem finalidade lucrativa, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "C", da Constituição Federal.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/1988, artigos 1º e 2º.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, artigo 9º, inciso III. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, as instituições de educação e de assistência social que preencham as condições e requisitos do art. 12 da Lei nº 9.532/1997, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento.

Para fins de contribuição da COFINS a entidade é isenta, nos termos do art. 14, inciso X, da MP nº 2.158/2001, sendo que a isenção alcança receitas decorrentes das atividades próprias.

Considerando que a isenção não alcança as receitas financeiras e que o Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, revogou o Decreto nº 5.442 de 09/05/2005 que reduzia a zero as alíquotas do PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, o Instituto passou a calcular e recolher a COFINS sobre as receitas financeiras à alíquota de 4% (quatro por cento).

l) Provisões administrativas

São reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de

assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são divulgadas em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais o Instituto tem por diretriz. O Instituto não possui obrigações não formalizadas.

o) Receitas e despesas

As receitas e as despesas sem restrição (não vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas com restrição (vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas na proporção da execução das despesas vinculadas aos projetos/convênios/termos de parceria.

p) Trabalho voluntário

O Instituto Cooperforte registra os efeitos do trabalho voluntário nos termos da Lei nº 9.608/1998 e as alterações seguintes e da Resolução CFC nº 1.409/2012.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Banco do Brasil - conta movimento	41.993	20.596
Depósitos a Prazo COOPERFORTE	6.904.182	7.006.367
Total	6.946.175	7.026.963

Os Depósitos a Prazo junto à COOPERFORTE, na modalidade de Recibo de Depósito Cooperativo - RDC, com liquidez diária e taxas pós-fixadas com base no indexador CDI, não têm restrição para resgate e são de livre aplicação. As remunerações foram capitalizadas até a data do balanço.

O Instituto não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5. Investimentos

O saldo é representado por integralização de capital, atualizado mensalmente, conforme demonstrado:

Descrição	2022	2021
COOPERFORTE Ltda	247	233
Total	247	233

6. Imobilizado

Corresponde ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada, de bens destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. As depreciações acumuladas são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme demonstrado:

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixa	Depreciação	Saldo Final
Móveis de uso	10%	1.572	-	-	(260)	1.312
Equipamentos de uso	10%	1.291	-	-	(286)	1.005
Equipamentos de processamento de dados	20%	15.849	-	-	(11.767)	4.082
Total 2022		18.712	-	-	(12.313)	6.399
Móveis de uso	10%	1.930	-	-	(358)	1.572
Equipamentos de uso	10%	1.620	-	-	(329)	1.291
Equipamentos de processamento de dados	20%	30.864	-	-	(15.016)	15.849
Total 2021		34.414	-	-	(15.703)	18.712

7. Encargos sociais

O saldo é constituído pelas obrigações que o Instituto Cooperforte possui em relação à Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço:

Descrição	2022	2021
INSS a recolher	21.711	22.260
FGTS a recolher	5.253	5.158
Total	26.964	27.418

8. Obrigações tributárias

Correspondem às obrigações de impostos e contribuições a recolher, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2022	2021
IRRF a recolher	9.425	8.642
PIS s/Fopag a recolher	657	645
PIS/COFINS/CSLL a recolher	69	27
IRRF a recolher serviços prestados por pessoa jurídica	15	-
COFINS s/rendimentos de aplicações financeiras	3.102	2.181
Total	13.268	11.495

9. Patrimônio líquido

a) O patrimônio líquido é constituído pelo Patrimônio Social e Superávit acumulado, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o saldo no valor de R\$ 7.083.250.

b) No exercício de 2021, o Instituto também apurou superávit, isto porque estiveram em execução apenas 8 projetos.

c) Conforme previsto no Estatuto, no artigo 30, no caso de dissolução do Instituto, o respectivo Patrimônio Líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/1999.

Descrição	2022	2021
Patrimônio social	6.990.008	6.349.764
Superávit acumulado	93.242	640.244
Total	7.083.250	6.990.008

10. Contribuições e doações

Descrição	2022	2021
Receitas de contribuições da Instituidora (a)	3.015.307	2.590.474
Receitas de contribuições de associados	68.215	72.211
Receitas de doações (b)	30.337	64.419
Total	3.113.859	2.727.104

(a) Referem-se aos repasses da COOPERFORTE para custeio da estrutura física, administrativa e dos projetos sociais apoiados pelo Instituto, objetivando a realização de seu propósito.

(b) Correspondem às doações recebidas e destinadas ao combate à fome realizadas de forma esporádica.

11. Receitas operacionais de aplicações financeiras

Descrição	2022	2021
Rendimentos de aplicações financeiras (*)	827.749	303.072
Sobras recebidas da Instituidora	104.670	99.045
Rendimentos de poupança	489	-
Total	932.908	402.117

(*) As variações positivas observadas nos rendimentos de aplicações financeiras se devem, principalmente, ao reflexo da elevação da Taxa Selic nas remunerações dos depósitos atrelados ao CDI.

12. Custos e despesas operacionais com programas de Educação

O saldo é representado pelas despesas vinculadas diretamente aos projetos do Instituto, incluindo, além do Repasse Financeiro, Assistentes Sociais e Monitoramento, as despesas relativas a salários, encargos e benefícios dos funcionários envolvidos diretamente na condução e monitoramento dos projetos:

Descrição	2022	2021
Repasse financeiro	1.674.019	207.784
Assistentes sociais	-	90.720
Monitoramento	123.603	1.457
Despesas administrativas de projetos	27.771	24.015
Outros projetos	12.747	5.100
Salários, encargos e benefícios	1.343.577	1.331.274
Total	3.181.717	1.660.349

Em 2022 o Instituto Cooperforte apoiou 23 projetos voltados à qualificação ou requalificação de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, nas áreas de beleza e estética, rotinas administrativas e gastronomia, tecnologia da informação e energia solar dentre outras (além de educação financeira presente em todos os projetos). Os projetos beneficiaram aproximadamente 764 pessoas, abrangendo 11 estados e o Distrito Federal.

13. Despesas de operacionalização técnica e administrativa

Referem-se ao Convênio de Operacionalização Técnica e Administrativa, firmado com a COOPERFORTE, em 17/08/2018, que garante ao Instituto Cooperforte a realização das atividades contábeis, financeiras, administrativas, tecnológicas, jurídicas, de comunicação, de governança e de controladoria.

14. Impostos e taxas

Referem-se aos registros de valores de impostos e taxas/contribuições provisionadas para pagamento no prazo legal:

Descrição	2022	2021
COFINS rendimentos aplicações financeiras (Nota 11)	33.110	12.122
IPTU	1.628	1.550
Outros	106	-
Total	34.844	13.672

15. Despesas de prestação de serviços

Descrição	2022	2021
Auditoria externa	10.128	10.841
Consultoria em gestão (a)	14.999	80.999
Medicina do trabalho (b)	3.929	4.377
Total	29.056	96.216

(a) Refere-se a serviço de consultoria prestado por profissional contratado para o acompanhamento e execução de ações específicas do Instituto.

(b) Referem-se aos custos de acompanhamento periódico de todos os colaboradores.

16. Outras receitas / despesas operacionais

Descrição	2022	2021
Outras receitas/(despesas) operacionais		
Recursos recebidos de eventos específicos (a)	-	562
Descantos obtidos	1.956	3.573
Recuperação de recursos de projetos e administrativos	82	-
Demais	14	6
Total de outras receitas	2.051	4.141
Outras despesas com pessoal (treinamento/cursos)	(21.635)	(23.908)
Viagens e transporte	(2.406)	(4.482)
Seguros diversos	(2.253)	(4.067)
Despesas legais	(38.981)	(6.062)
Doações (b)	(1.980)	(55.647)
Diversas despesas operacionais	(59.780)	(52.876)
Despesas bancárias	(13.261)	(12.111)
Total de outras despesas	(140.297)	(159.152)
Resultado	(138.245)	(155.011)

(a) Em 2022 não houve recebimento de recursos para eventos específicos.

(b) As doações correspondem aos projetos, realizados por voluntários, destinadas a atender o público em situação de vulnerabilidade social.

17. Ativos e passivos contingentes

Com base nos relatórios dos assessores jurídicos, não existem ações judiciais trabalhistas, fiscais ou cíveis tramitando contra ou a favor do Instituto.

18. Partes relacionadas

No quadro abaixo, demonstramos as transações com a COOPERFORTE, Instituidora do Instituto:

Descrição	2022	2021
Saldo de depósitos a prazo de aplicações financeiras na COOPERFORTE	6.904.182	7.006.366
Posição de cotas de capital da COOPERFORTE	247	233
Contribuições de repasses recebidos da COOPERFORTE no período (competência) (a)	3.015.307	2.590.474
Ressarcimentos de custos à COOPERFORTE por despesas incorridas no período	505.559	469.885
Operacionalização técnica e administrativa (b)	505.559	469.885

(a) Em 2022 a COOPERFORTE manteve a sua contribuição ao Instituto Cooperforte, em 3% do resultado operacional da Cooperativa.

(b) Refere-se ao ressarcimento de despesas à COOPERFORTE, conforme Convênio de Operacionalização Técnica e Administrativa.

19. Seguro empresarial

Em razão de termo de comodato, os bens utilizados pela entidade estão segurados em apólice de seguro empresarial, modalidade Compreensivo Empresarial, contratado junto à Allianz Seguros S/A, pela Instituidora, a COOPERFORTE, com vigência anual.

Brasília (DF), 23 de março de 2023.

José Rogaciário dos Santos
Presidente

Marcos Rafael de Oliveira Raymundo
Superintendente

Aline Jaguaribe
Contadora CRC-RJ 08701409

2.6 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Associados da
Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte (“Instituto”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 03 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC – SP-015199/O

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8



2.7 PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

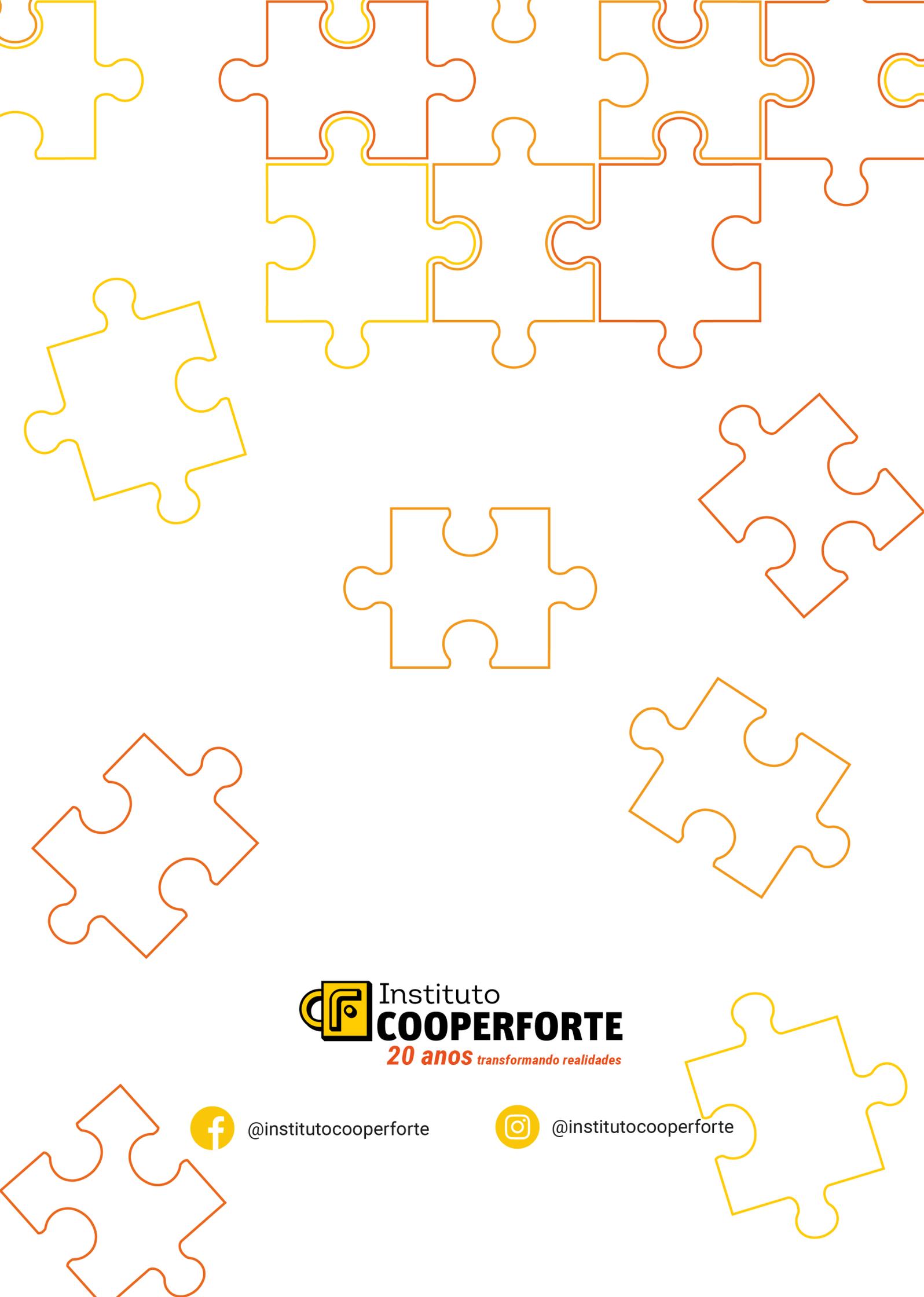
O Conselho Fiscal da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou a Mensagem da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas a 31 de dezembro de 2022. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no relatório da auditoria sobre as demonstrações financeiras, emitido pela Ernst & Young, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral.

Brasília, 04 de abril de 2023

José Alípio dos Santos
Conselheiro Presidente

Levi Pereira da Rocha
Conselheiro Secretário

Paulo Sérgio Navarro
Conselheiro



 Instituto
COOPERFORTE
20 anos transformando realidades



@institutocooperforte



@institutocooperforte